IES e comunidade *

Maria Julieta Costa Calazans e
Petrus Maria Vlasman **

1. Apresentação; 2. A função social do sistema educacional; 3. Tipos de relação entre IES e comunidade; 4. Formas de prestação de serviços das IES à comunidade; 5. Exigências para a realização da função social das IES; 6. Conclusão; 7. Bibliografia.

1. APRESENTAÇÃO

A relação íntima entre educação e desenvolvimento é bastante conhecida. Para o nosso tema é irrelevante discutir, se a primeira gera o segundo ou vice-versa. Importa, no entanto, refletir sobre a função social do sistema educacional e tirar daí insumos para o trabalho com as Instituições de Ensino Superior Isolado (IES).

Cada IES se relaciona com a "sua comunidade" na sociedade diretamente através de múltiplas ligações. A extensão desta comunidade pode variar conforme o raio de ação da IES, mas sempre será aquele meio-ambiente em função do qual a instituição existe e presta o seu serviço.

A importância do tema nas discussões para o melhoramento do ensino superior no País, ressalta-se, portanto a partir das exigências da sociedade de renovar e melhorar constantemente os sistemas de ensino, em função do seu progresso econômico e seu desenvolvimento social.

* Documento preparado para o Programa de Melhoramento do Ensino Superior Isolado, a convite do MEC/DAU e apresentado nos Encontros Regionais de Ensino Superior Isolado Particular, realizados de maio a dezembro de 1976 em oito regiões do País.

** Ambos do IESAE.

2. A FUNÇÃO SOCIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL

2.1 *Educação e sociedade*

a) A educação é um processo que age na sociedade, ou melhor, é um dos sistemas de ação social. Com o cultural, o econômico, o político, o educacional forma subsistemas inter-relacionados, interdependentes e complementares, que, em conjunto, totalizam o sistema global de ação social. Definir a inter-relação e complementaridade da educação com os outros subsistemas significa definir suas funções na sociedade.

Um primeiro dado importante decorre daí: a educação não pode ser analisada somente do ponto de vista estritamente pedagógico. Como sistema social, ela tem finalidades e objetivos que transcendem a mera aprendizagem. Esta deve ser vista mais como objetivo-meio do que objetivo-fim: o ensino em si tem significado em função de objetivos mais amplos que atingem o sistema global.

Vista apenas como ensino, a educação traz ainda assim uma contribuição para a sociedade, uma vez que interage nos aspectos sociais, políticos e econômicos, influenciando e orientando maneiras de pensar e agir em todos os campos do social. [1]

b) *A instituição escolar,* como subsistema social, agindo em função do sistema global, sofre *influências da sociedade.* As transformações sociais colocam no dia-a-dia exigências novas para o ensino, ao mesmo tempo que oferecem um novo significado à educação.

c) A industrialização fez com que o trabalho fosse colocado no centro da sociedade, ajudando a criar uma nova estratificação social onde este determina a promoção humana e social, em oposição à época anterior, quando o *status* social era medido mais pela distância entre o indivíduo e o trabalho. [2]

[1] Veja Schwartz, Bertrand. *Educação amanhã.* Petrópolis, Vozes, 1975. Especialmente o cap. 3.

[2] Mendes, Durmeval Trigueiro. Para uma filosofia da educação fundamental e média. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, Vozes, v. 68, n. 2, p. 89-96, mar. 1964.

Ora, o trabalho não é uma atividade estanque. A ocupação é em muitos casos uma decorrência da formação recebida. Em outros casos, emerge ou se reestrutura na experiência. Este fato faz mudar, profundamente, a maneira de pensar sobre a educação. A sociedade não se contenta com o sistema regular de ensino; ela inventa novas formas, extra-escolares, para atender à crescente demanda por educação. O sistema escolar, apesar de se expandir em número absoluto, perde muito do seu antigo monopólio educacional, considerado apenas uma das formas de educação e nem sempre a forma melhor e mais eficiente. [3]

d) O próprio conceito de educação se alterou: a educação como insumo necessário para a promoção profissional, aliada a uma necessidade de atualização constante, decorrente do avanço científico e tecnológico das últimas décadas, fazem pensar na educação como um *continuum*. A vida humana já não é mais vista em duas fases estáticas: uma de preparação e a outra de desfrutamento dos conhecimentos adquiridos na primeira. Pensa-se em termos de educação continuada, em educação permanente. O homem, ao longo de sua existência, pode e deve continuar a formar-se e a instruir-se.

2.2 *As conseqüências para o sistema escolar*

a) A exigência de sempre mais ensino é um fenômeno social. Apesar de uma certa desvalorização do diploma como atestado de competência profissional, ele é uma exigência a cada momento por estar relacionado com o acesso ao modo de vida e ao nível de consumo de classes na escada social. A relação entre nível de instrução e nível salarial é uma evidência até em anúncios de emprego. O diploma é condição de acesso não apenas a estágios superiores de formação, mas também à seleção de postos nos mais diversificados níveis de emprego.

A expansão da demanda educacional é respondida por uma conseqüente expansão do sistema de ensino (p. ex. uma multiplicação dos estabelecimentos de ensino superior).

[3] Veja a conhecida discussão, aberta por Ivan Illich. Illich, Ivan. Sociedade sem escolas. 2. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

b) Existe também uma grande diversidade da demanda educacional, no que se refere à *faixa etária,* a *grupos sociais* e a *especialidade de conteúdos.*

Nos países em crescente desenvolvimento a pressão por educação continuada no nível mais elevado de escolaridade é atendida, mais facilmente, pelas instituições encarregadas da educação superior. Mantendo uma oferta destinada via de regra à população urbana, a indivíduos economicamente possibilitados a investir em educação, ela é, em princípio, acessível a todos, auxiliados eventualmente por sistemas oficiais de incentivos e créditos. Porém, as limitações impostas à organização da educação de adultos — horários, metodologia etc. — são múltiplas.

Existe, de outro lado, uma exigência contínua por atualização de conteúdos, disciplinas e currículos, na medida em que as inovações científicas e tecnológicas são uma constante. A sociedade reclama novos cursos, novas escolas, aperfeiçoamento em novas habilidades e conhecimentos.

c) A relação entre educação e desenvolvimento, e entre instituição e trabalho, faz com que a clientela proponha às IES maior adequação do sistema de ensino às necessidades imediatas da sociedade: entre outros, um ensino mais profissionalizante, mais prático, em oposição ao ensino acadêmico. A procura do equilíbrio entre teoria e prática parece, às vezes, a luta entre puxadores de corda, onde de um lado aparece o trunfo do diploma, e do outro o mercado do trabalho.

d) A IES aparece neste quadro como uma organização que atende a um mercado vasto e diversificado, que depende deste mercado e que flutua conforme este mercado. A exigência de velocidade, modernização, adequação às inovações, reclamam efetivos processos, rapidez nas decisões, infra-estrutura adequada, eficiência na gestão econômica e financeira. A clientela normalmente espera um retorno rápido do investimento feito além da pretendida qualificação. A sociedade exige da própria IES uma eficiência empresarial não muito comum ao sistema escolar superior.

2.3 *A Função social*

O melhoramento da IES deve basear-se, sobretudo, no princípio da sua funcionalidade na sociedade. Ela é, basicamente, uma *unidade de prestação de serviços à comunidade.* É este um dos seus significados, é esta uma das razões que lhe dá maior destaque na comunidade.

Comumente definem-se três grandes funções sociais para a instituição de ensino superior. Ela age na sociedade:

a) formando os profissionais, oferecendo conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento da sociedade (ensino, transmissão de conhecimentos);

b) buscando novos conhecimentos, através da pesquisa, para atender às novas exigências da sociedade;

c) aplicando os conhecimentos acumulados — especialmente do seu corpo docente — às necessidades imediatas da comunidade, através de serviços de assistência técnica e cultural .

3. TIPOS DE RELAÇÃO ENTRE IES E COMUNIDADE

A função social do sistema educacional se operacionaliza em diversos tipos de relacionamento entre o estabelecimento de ensino e o seu meio-ambiente. A história da origem e da evolução das instituições, especialmente das de ensino superior, determinou, muitas vezes, maneiras peculiares de prestar os seus serviços à comunidade. Na tentativa de caracterizá-las teve-se a preocupação de descrever estas modalidades de relacionamento, mesmo sabendo que nenhum tipo se encontra tal qual na realidade.

a) Um primeiro tipo, e mais freqüente, é a escola que se preocupa com seus objetivos imediatos, ligados ao ensino. Ela treina recursos humanos para um determinado setor econômico ou grupo profissional da região. A clientela a procura, em função dos conhecimentos e do diploma que oferece.

A sociedade mantém a escola, através da clientela que paga o serviço prestado e recebe, em troca, recursos humanos mais qualificados. O estudante recebe o retorno do investimento feito, através de salários mais altos. O *feedback* da escola se liga, portanto, à procura de uma clientela determinada; isto sugere e até explica que a IES deverá fazer adaptações ou transformações conforme a lei do mercado. Pode chegar-se a estabelecer uma situação de concorrência com escolas semelhantes, o que na maioria dos casos é negativo para a qualidade do ensino que oferece (é comum a clientela procurar mais o *diploma* do que a aprendizagem).

Grande parte destas instituições se dedica a áreas de conhecimento que não exigem grandes investimentos — a (área) das ciências humanas por exemplo — para poder oferecer cursos mais "baratos" e encontrar, mais rapidamente, o desejado equilíbrio econômico.

A instituição oferece cursos, enquanto tiver clientela para eles, sem se comprometer ou mesmo preocupar-se com as necessidades da região ou com as áreas de desenvolvimento da mesma.

b) Um segundo tipo, bem mais raro, é a escola que se comporta como proprietária da comunidade. Esta vive em função de si própria, de seus professores e de seus estudantes, como mero setor de serviços (hotéis, pensões, bares, restaurantes, lazer, comércio em geral) para atender às necessidades da instituição escolar. Assemelha-se, assim, às antigas cidades universitárias da Europa. A escola neste caso parece perder a sua função social. Geralmente ela forma recursos humanos "para fora" e não "para dentro de sua comunidade". Mantém serviços em função da população escolar, não em função da população da comunidade. A maioria do corpo discente não pertence à comunidade, vivendo aí "em trânsito". Muitas vezes até mesmo o corpo docente reside em outros centros, apenas chegando à comunidade para cumprir suas "obrigações profissionais" para com a instituição.

Este tipo de escola na maioria dos casos não significa nada para o desenvolvimento da região. A comunidade torna-se um parasita deste tipo de instituição: se esta desaparecer, desaparece a dita "comunidade socioeducacional". Mas a região não sentirá a sua

falta. Ela não é de todo negativa à região. Na medida em que sobrevive, demonstra que uma sociedade, mais ampla que a região, necessita dela. E para a formação dos seus alunos, muitas vezes, encontra condições favoráveis.

Aparecem, porém, instituições dentro deste quadro, cujo tratamento dado ao regime de trabalho educativo poderá prejudicar a qualidade do ensino. São representativas deste tipo as IES situadas próximas aos grandes centros, e que mantêm, por exemplo, transportes coletivos para facilitar o acesso da clientela que mora longe de seus cursos.

c) Um terceiro tipo de instituição se liga mais diretamente à comunidade, num regime de trocas. A sua clientela provém da comunidade, como também o seu corpo docente. A transmissão de conhecimentos está entrosada com a prática profissional da comunidade, não apenas através do corpo docente, recrutado entre os profissionais, mas também através da oferta de estágios práticos. O *feedback* dos cursos, no que diz respeito aos conteúdos, é imediato, pois provém diretamente da prática dos professores e dos alunos.

Além do ensino, presta assistência técnica à comunidade na elaboração de projetos e planos, na execução de pesquisas e assessorias, através de convênios e contratos firmados com órgãos públicos e empresas privadas da comunidade. Pratica a extensão, oferecendo treinamentos, cursos de atualização e/ou reciclagem de algumas faixas da população, não diretamente ligadas aos seus cursos regulares, seja através de convênios interinstitucionais, seja diretamente, por convocação da clientela interessada.

Neste caso, a instituição tem, portanto, uma sensibilidade para com as necessidades da comunidade, e procura responder de uma maneira empresarial.

d) Um último tipo poderia ser chamado de propulsor e estimulador do desenvolvimento da comunidade e da região. A instituição é, aqui, a fonte dinamizadora do desenvolvimento, através da oferta de qualificações necessárias à região e identificadas através de pesquisas. Ela mantém serviços de planejamento e pesquisa, em

função do desenvolvimento da região — engajando neles também os alunos — com recursos próprios ou recursos buscados na própria comunidade ou em fontes financiadoras. Ademais ela presta serviços culturais à comunidade, através de pesquisas históricas, antropológicas, artísticas ou sociológicas permanentes, gerando serviços de comunicação cultural como ciclos de conferências, museus, bibliotecas, programas culturais nos meios de comunicação da comunidade, programas de teatro, música erudita e popular, cinema de arte etc.

A extensão é uma atividade permanente, não apenas como mero atendimento a uma clientela potencial, mas como motivadora da população para certas áreas de conhecimento. Desta maneira, a instituição está dentro da comunidade, oferecendo aos vários grupos aqueles conhecimentos ou estimulando-os para mudança de atitudes, em benefício do desenvolvimento e progresso dos indivíduos e da região.

Abrindo seus horizontes para longe, procura ampliar sempre a sua rede de contatos, contratos e convênios com outros centros e agências onde existe conhecimento acumulado ou serviços que podem beneficiar a região.

4. FORMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS IES À COMUNIDADE

Existem em vários países formas diferenciadas de prestação de serviços das IES à comunidade. Também no Brasil as experiências são diversificadas e se multiplicam.

As formas indicadas a seguir poderão servir como inspiração ou motivação a outras modalidades já existentes de prestação de serviços à comunidade. A nossa preocupação, todavia, situa-se em oferecer um quadro referencial para a análise e organização da prática da prestação de serviços. A base para esta organização tiramos da tríplice função social da universidade, assim como é proposta no primeiro capítulo deste documento.

4.1 A primeira forma, básica no estágio atual do desenvolvimento brasileiro, é a própria transmissão de conhecimentos, através

dos cursos regulares. Às IES, e ao ensino superior em geral, é entregue a tarefa de formar os profissionais, não só os de amanhã, como os de hoje. Grande parte dos estudantes universitários já atuam no mercado de trabalho, e os conhecimentos adquiridos têm ou podem ter repercussão imediata na sociedade, sob os pontos de vista econômico, social, cultural, técnico etc.

4.1.1 Para isso será imprescindível que o ensino transmita:

a) *Conhecimentos necessários* ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região ou da comunidade. Considerar o ensino como mero atendimento a uma demanda social significaria desconhecer a função social que é inerente ao ensino superior.

b) *Conhecimentos atualizados* em vista do rápido avanço científico e tecnológico em todas as áreas do saber. Torna-se, portanto, uma exigência a constante avaliação e reformulação de currículos e programas, assim como o permanente intercâmbio com instituições similares e com os grandes centros científicos e culturais do país e do estrangeiro.

c) *Conhecimentos práticos,* exigidos pela estreita e imediata ligação com a práxis profissional. Em decorrência disso será necessário elaborar metodologias pedagógicas adequadas e, especialmente, formas novas e diversificadas de "estágios de aplicação". Por mais difícil que seja a realização do "estágio de aplicação", ele constitui uma das formas mais eficientes de obter um equilíbrio justo entre a formação teórico-acadêmica e a qualificação profissional

4.1.2 Um outro ponto, relacionado com o ensino dos cursos regulares, é a forma como é organizada a vida acadêmica. Esta organização deveria levar em conta as condições de vida da clientela. Atualmente, para atender às condições da clientela adulta, existem cursos de fim de semana, de férias, cursos por correspondência além dos cursos regulares diurnos e noturnos. O maior cuidado, porém, na operacionalização destas formas novas, deve ser dado à qualidade do ensino, tanto na observância dos requisitos mí-

nimos de currículo e carga horária, como criatividade de outras formas pedagógico-didáticas, adequadas às condições específicas da clientela.

4.2 *A extensão* é a segunda maneira de prestação de serviço das IES à comunidade. Em suas variadas modalidades poderiam ser agrupadas como a seguir:

a) Formas de *extensão acadêmica* que se ocupariam da atualização ou aperfeiçoamento de pessoal já formado, através de seminários, cursos intensivos, ou de férias, conferências, simpósios, até cursos de pós-graduação *lato sensu*. Esta modalidade viabiliza concretamente a educação continuada de faixas da população, que por ocupar posição destacada na sociedade necessita deste reforço para a própria melhoria profissional.

b) Formas de *extensão sociocultural,* que se ocupam da transmissão de conhecimentos a qualquer tipo de clientela da população, seja da área mais restrita de sua atuação, seja de outros centros populacionais da região. Como promotora de cursos em todos os ramos de conhecimento e habilidade, nos diversos níveis e graus, de básico a superior, em toda área de sua influência potencial, a IES pode ter nesta modalidade caminhos para realizar sua integração na comunidade. O planejamento racional que permite ocupação de espaços e tempos ociosos e a percepção das potencialidades da demanda educacional proporcionarão às escolas os efeitos multiplicadores desejáveis.

c) Formas de *extensão institucional,* provenientes de convênios ou contratos de longa duração com objetivos específicos de formação de clientelas determinadas. Em âmbito nacional podem ser citados entre outros os Crutacs, os Campi Avançados do Projeto Rondon, que se utilizam destas formas, inclusive para estágio profissional dos seus alunos. As possibilidades de convênios e contratos bilaterais, triangulares e outros tipos com empresas públicas e privadas é um campo em aberto, onde processos alternativos de educação extra-escolar poderiam ser desenvolvidos.

d) Formas de *extensão cooperativa,* assim chamada a cooperação mútua e divisão de tarefas acadêmicas ou técnico-científicas reali-

zadas entre instituições que mantêm serviços de pesquisa e/ou extensão em programas regionais específicos.

4.3 A terceira forma, complementar às precedentes, são os serviços de *assessoria técnica* e *promoção cultural.* O corpo docente é, por princípio, um conjunto de pessoas que representa um conhecimento interdisciplinar acumulado, que pode ser posto a serviço da comunidade. A criação de centros de pesquisa aplicada num determinado ramo do conhecimento ou especialidade, a organização de centros de assessoria e consultoria a serviço de instituições públicas e privadas, a organização de laboratórios, escritórios-modelo, colégios de aplicação etc., integrados ou não com instituições ou empresas locais, são formas de prestação de serviço à comunidade, e ainda uma forma de aprendizagem da clientela regular da instituição, o estudante. Esta forma, que se caracteriza como assistência técnica, exige um comportamento disciplinar, com estilo de tratamento pedagógico e de comunicação adequados, capazes de sustentar esta prestação de serviços sem o aviltamento do seu produto. Sem dúvida, a formação de quadros com preparação específica para esta tarefa, se torna uma exigência.

5. EXIGÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DAS IES

A IES deverá procurar um equilíbrio viável entre os recursos disponíveis e sua tarefa em relação ao desenvolvimento do seu meio-ambiente. O atendimento a uma demanda por ensino pode, a curto prazo, satisfazer a instituição, mas não conseguirá dar, a longo prazo, a contribuição que a sociedade dela espera.

5.1 Uma primeira exigência será a necessidade da *pesquisa,* não apenas da oferta e da demanda educacional, mas, também, dos setores importantes para o desenvolvimento regional. O sistema educacional se volta sempre para o amanhã e deve procurar adequar sua oferta preparando recursos humanos qualificados para superar prováveis pontos de estrangulamento de amanhã. Não basta pautar-se nas necessidades sentidas de hoje, mas realizar permanentes pesquisas institucionais que balizam seus programas presentes e suas projeções futuras.

Nem sempre a realização destas pesquisas poderá realizar-se a nível da instituição. Uma alternativa será realizá-la a nível regional — distrito geoeducacional — o que exigirá uma união mais efetiva e organizada das IES na região.

Três estudos podem inclusive disciplinar melhor distribuição da oferta educacional na região, maior concentração de recursos humanos e técnico-científicos, além de maior possibilidade de adequação da oferta às necessidades econômicas e socioculturais. Isto exigirá, sem dúvida, um esforço sério de *planejamento educacional* para a região.

5.2 Uma segunda exigência será a tentativa de fortalecer o intercâmbio das IES e os recursos disponíveis na própria comunidade. Embora da maior importância, é impossível descer a detalhes quanto ao intercâmbio no que concerne a laboratórios, instalações, agrupamentos e outros recursos técnico-científicos. Insistimos no entanto, no intercâmbio quanto a recursos humanos. O corpo docente das IES é normalmente vinculado através de contratos pessoais de pouca significação econômica em relação ao que obtém de sua atuação profissional principal, transformando-se em muitos casos em professor "biscateiro". O esforço de profissionalizar o corpo docente nem sempre é possível. Uma solução alternativa poderia resultar do intercâmbio da IES com empresas onde o profissional trabalha dentro do seu horário de serviço, a partir de convênios onde os interesses mútuos sejam definidos. A escola não é a única agência educacional, menos ainda o único centro de conhecimentos científicos. Existem sempre outras instituições, órgãos públicos ou particulares, onde os recursos humanos, técnicos e científicos (p. ex. laboratórios, documentação etc.) se mantêm em contínua preparação. A integração destes recursos através de programas que cubram interesses recíprocos é uma das formas mais eficientes de integração com a comunidade.

O aproveitamento das lideranças sociais e econômicas da comunidade para integrar os conselhos administrativo ou acadêmico da IES aumentará também a representatividade da IES na comunidade ampliando seu raio de ação.

5.3 Uma última exigência se relaciona com a estrutura organizacional da IES. A consciência das causas da demanda educacional — ligadas imediatamente à valorização da educação como elemento de mobilidade social, mas, mais profundamente, ligadas a novos conceitos de educação permanente e educação continuada — exige, por sua vez, uma ampliação dos serviços da instituição.

É urgente superar o conceito de educação escolar como única forma de atendimento à pressão social por educação: significaria a limitação da clientela àqueles que se destinam aos cursos de terceiro grau.

A necessidade de criar novas formas de extensão, e mesmo novas mobilidades acadêmicas de organizar os cursos regulares, exige uma estrutura organizacional mais imaginativa, mais dinâmica, enfim mais empresarial na consciência de que o lucro não se traduz em dinheiro, mas sim em quantidade e qualidade de formados, isto é, em desenvolvimento social e econômico da região.

A administração não deve, portanto, apenas satisfazer-se com a execução e observância de leis e processos administrativos específicos atinentes aos cursos regulares, mas deverá procurar atender às exigências que a sociedade tem em relação ao sistema educacional. Mesmo não pretendendo oferecer modelos, poderíamos lembrar pontos de referência da estrutura empresarial passíveis de serem adaptados às IES:

a) Estrutura de *marketing,* que viabiliza a informação de conhecimentos, da maneira mais ampla possível, a todas as faixas da sociedade.

b) Estrutura técnica, que viabiliza o atendimento às necessidades de aplicação do conhecimento por centros de pesquisa, de planejamento, de assessoria ou consultoria.

c) Estrutura econômico-financeira, que não apenas cobra e contabiliza a receita que a clientela oferece, mas que sabe encontrar novas formas de captação de recursos financeiros, através de contratos, convênios, acordos ou mesmo aproveitando-se dos incentivos à educação.

6. CONCLUSÃO

O questionamento proposto ficaria incompleto sem situá-lo num âmbito maior em que os conceitos de universidade aberta e fechada se aplicam também às IES.

6.1 Fechada: A IES pode apenas anunciar a sua existência e esperar que o indivíduo caminhe para ela através de condições impostas (vestibular, matrícula, currículo, regime de tempo, de créditos etc.), e as quais o indivíduo se submete. O cliente procura e aceita o que a instituição oferece. Enquanto persistir a demanda, a instituição pode limitar-se a este atendimento, sem se preocupar com a sua função social. Mesmo assim cumpre (e como!) uma função social.

6.2 Aberta: A IES pode, de outro lado, tomar consciência de que a comunidade necessita de informação e formação; em vez de esperar que o indivíduo a procure, ela procura a comunidade para formá-la através das múltiplas formas que os princípios de educação permanente e educação continuada oferecem.

Em economia é bastante conhecido o princípio que diz que a empresa que apenas continua dando o que sempre deu — que não diversifica o seu produto, que não estimula o mercado, que não se renova — se torna estagnada, obsoleta e não sobrevive. A IES, aberta à comunidade, tem todas as condições de sobreviver, se, consciente de sua função social, renovar continuamente a sua prestação de serviço à comunidade.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1976.

7. BIBLIOGRAFIA

Association d'Étude pour l'Expansion de la Recherche Scientifique. *Vie active et formation universitaire;* actes du Colloque d'Orléans, nov. 1970. Paris, Dunod, 1972.

Atcon, Rudolph P. *The Latin American university;* a key for an integrated approach to the coordinated social, economic and educa-

tional development of Latin America. Bogotá, Eco Rev. de la Cultura de Occidente, 1966.

———. *Manual sobre o planejamento integral do campus universitário.* Rio de Janeiro, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970. 107 p.

Campos, M. A. Pourchet. A universidade brasileira à luz do século XX. *Educação,* Brasília, v. 1, n. 3, p. 113-7, out./dez. 1971.

Conference on University Contracts Abroad, Washington, Nov. 1960. *The role of American higher education in relation to developing areas.* Washington, American Council on Education, 1961.

Cunha, Luiz Antonio Constante Rodrigues da. A pós-graduação no Brasil; função técnica e função social. *Revista de Administração de Empresas,* Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 66-70, set./out. 1974.

Ducret, Bernard & Zaman, Rafeuz. *The university today: its role and place in society;* an international study. Geneva, Unesco, 1960. 333 p.

Éducation et développement national. *Chronique de l'Unesco,* Paris, v. 13, n. 2, p. 53-63, fev. 1967.

Fávero, Maria de Lourdes de A. Reflexões sobre a universidade na sociedade atual. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, Vozes, v. 69, n. 6, p. 19-28, ago. 1975.

Frondizi, Bisieri. *La universidad en un mundo de tensiones;* misión de las universidades en América Latina. Buenos Aires, Paidós, 1971. 337 p.

Furter, Pierre. A utopian vision of the university: its challenge and limitations. *Student World,* Geneva, v. 61, n. 1, p. 31-5, jan/mar. 1968.

Mendes, Durmeval Trigueiro. Desenvolvimento, tecnocracia e universidade. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, Vozes, v. 60, n. 6, p. 421-32, ago. 1974.

Oliveira, Américo Leonides Barbosa de. *A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro, CAPES, 1960.

Ortega y Gasset, José. *Mission of the university.* Princeton, Princeton University Press, 1944.

Perkins, A. James. *Is the university an agent for social reform?* New York, International Council for Educational Development, 1973. 26 p.

Rabello, Ophelina. *Universidade e trabalho;* perspectivas. Campinas, Unicamp, INEP, 1973. 120 p.

São Paulo. Assessoria em Planejamento. *Ensino superior no Brasil;* análise da necessidade de formação de pessoal de nível superior no Brasil. São Paulo, 1967. 2 v.

Shortlidge, Richard L. *University training for gransevaks in India;* an exemple of recurrent education in a low income country. New York, Cornell University, Department of Agricultural Economics, 1974. 20 p.

Silveira, Delfim Mendes. Desafios que a universidade enfrenta. *Educação,* Brasília, 4 (14) : 103-12, out./dez. 1974.

Steger, Hanns-Albert. *As universidades no desenvolvimento social da América Latina.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970. 328 p.

Touraine, Alain. O silêncio da universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Rio de Janeiro, 60 (133): 22-30, jan./mar. 1974.

Universidade Nacional de Brasília; uma empresa integrada à comunidade. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 16 fev. 1974. 2.º cad., p. 4.